



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE RONDÔNIA



CURRÍCULO E MATERIAL DIDÁTICO

Currículo e Material Didático

Guia CSA

Visão geral

O Tribunal de Contas com o novo ciclo estratégico trouxe como premissa de sua atuação gerar valor à Sociedade e, dentre as estratégias priorizadas pela organização, está a alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental.

A escolha do tema se justifica pelos baixos índices históricos de alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental em Rondônia e também porque a alfabetização tardia gera impactos ao longo de todo o ciclo da educação básica, como o baixo desempenho dos estudantes nos anos subsequentes e ao aumento do índice de reprovação, evasão e abandono escolar.

Com intuito de auxiliar os gestores educacionais na implementação do ciclo da política pública, o Tribunal elaborou este Guia Referencial para a gestão da Política de Alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental levando em consideração 06 (seis) eixos essenciais nesse processo.

Diagrama de processo da Política de Alfabetização



Objetivo

Este documento, desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, tem como objetivo trazer orientações e instrumentalizar as equipes centrais das redes para a implementação do **currículo** e de **materiais didáticos** adequados ao ciclo de alfabetização. As diretrizes aqui oferecidas são sugestivas e opcionais.

Temas que serão abordados neste capítulo

Neste capítulo abordaremos os seguintes aspectos sobre currículo e material didático:

1. Implementação do referencial curricular alinhado à BNCC
 - 1.1. Formações sobre o novo referencial curricular alinhado à BNCC;
 - 1.2. Revisão dos Projetos Pedagógicos das escolas;
 - 1.3. Priorização Curricular.

2. Seleção, adoção e elaboração de Materiais Didáticos específicos para o ciclo de alfabetização.

Questões para reflexão

Antes de iniciarmos, elaboramos um grupo de afirmações para que você possa avaliar se elas estão (ou não) sendo realizadas em sua rede. Essa seleção representa as ações que consideramos mais estruturantes no eixo de **Currículo** e **Material Didático**. Assinale **SOMENTE** as ações que são realizadas constantemente em sua rede:

Currículo

- A minha rede de ensino oferece formações continuadas aos profissionais da rede e conteúdos alinhados com o referencial curricular do Estado de RO (RCRO), e BNCC;
- Os planos de aula dos professores estão alinhados ao Projeto Pedagógico da escola e levam em conta o referencial Curricular de RO (RCRO);
- A minha rede de ensino estimula a aplicação de conhecimentos e práticas pedagógicas que aceleram o processo de alfabetização na idade certa.

Material Didático

- A minha rede de ensino fornece material didático estruturado e adequado para a alfabetização dos estudantes do 1º ao 3º ano;
- A minha rede de ensino elabora e disponibiliza materiais e orientações específicas em alfabetização para e com os professores.

1. Implementação do referencial curricular alinhado à BNCC

Após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 e do Referencial Curricular de Rondônia (RCRO) em 2018, as redes públicas do estado iniciaram a implementação dos currículos a partir de 2019. Nos textos introdutórios da BNCC é preconizado o processo de alfabetização nos primeiros anos iniciais do ensino fundamental:

“Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos” (Brasil, 2018).

De acordo com a BNCC, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica (Brasil, 2018).

Nesse sentido, conforme previsto no Guia de Implementação da BNCC¹, uma série de ações são necessárias para a efetivar a implementação do novo referencial curricular, dentre as quais destacamos:

1. Formações continuadas sobre o RCRO alinhado à BNCC;
2. Adequações nos Projetos Políticos-Pedagógicos das escolas;
3. Priorização curricular.

¹ Guia de implementação da BNCC. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_BNCC_2018_atualizacao_2020_cap_1_ao_6_interativo_28.pdf. Acesso em 26/06/2022.

IMPORTANTE!

De acordo com o art. 14 da Lei 14.113/20, a complementação-VAAR será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem as condições legais estabelecidas no rol do parágrafo primeiro, dentre os quais, destacamos o cadastramento dos referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular, aprovados nos termos do respectivo sistema de ensino.

Art. 14. A complementação-VAAR será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem as condicionalidades e apresentarem melhoria dos indicadores referidos no inciso III do **caput** do art. 5º desta Lei.

§ 1º As condicionalidades referidas no **caput** deste artigo contemplarão:

[...]

V - referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular, aprovados nos termos do respectivo sistema de ensino.

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), prorrogou para **15 de agosto de 2022 o prazo para cadastro dos dirigentes e inclusão dos Referenciais Curriculares e seus respectivos Pareceres de Homologação** (ou documentos oficiais comprobatórios válidos), na [Plataforma de monitoramento da implementação da Base Nacional Comum Curricular \(BNCC\)](#). A informação está em ofício do MEC, divulgado no dia 05 de julho.

Clique [aqui](#) para acessar as **Orientações para o Cadastro dos Referenciais Curriculares estaduais e municipais**.

De acordo com o Ministério, a plataforma de monitoramento da implementação da BNCC funcionará como ferramenta de consulta e repositório desses documentos, que servirá como base de dados oficial da pasta, para o levantamento de informações

referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), dentre outros, que trata da melhoria da aprendizagem, o Valor Aluno/Ano por Resultado (VAAR).

1.1. Formações sobre o novo referencial curricular alinhado à BNCC

O referencial curricular de Rondônia, homologado no final de 2018 e com o início de sua implementação nas redes públicas a partir de 2020, apresentou a necessidade de oferecer formações continuadas para tratar sobre a BNCC e os novos currículos, considerando também que nesse período vivenciamos o desafio do trabalho remoto, consequência da pandemia da Covid-19.

Para isso, as redes municipais de ensino deverão estabelecer uma estrutura de formação continuada, preferencialmente em regime de colaboração, que assegure a implementação dos novos currículos em sala de aula. As ações aqui sugeridas são embasadas no [GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR](#) e podem servir de apoio para uma revisão das políticas de formação específicas das redes públicas de ensino.

Premissas para o planejamento e execução das formações:

DEFINIR EQUIPE DE GESTÃO E FORMAÇÃO: A (o) dirigente municipal deve definir a governança para a realização das formações continuadas:

Primeiramente é necessário definir a **equipe de gestão** que deverá garantir a estruturação da governança e o processo de formação dos formadores da rede para o novo referencial curricular. A composição da equipe de gestão é o primeiro passo para início de todo o processo de formação.

Já as **equipes de formação** têm o papel de garantir que todas as escolas da rede recebam formações presenciais com uma periodicidade constante. Para isso, a equipe de gestão deve compor equipes de formação com profissionais voltados para a execução das formações nas escolas.

EQUIPE DE GESTÃO:

PERFIL

- Ter experiência de planejamento e execução de programas de formação de professores;
- Ter capacidade de liderança, colaboração, articulação e trabalho em equipe;
- Ter posição sênior dentro da rede em que atua;
- Ter amplo conhecimento da rede em que atua;
- Ter capacidade de articular a formação em diálogo com as escolas, regionais e secretarias do estado.

RESPONSABILIDADES

- Realizar o diagnóstico para a formação - temas prioritários para cada público;
- Elaborar o planejamento da formação;
- Compor a equipe de formadores que realizará a formação em sua rede;
- Garantir a formação das equipes escolares (gestores, coordenadores e professores);
- Monitorar e avaliar a execução das formações das equipes escolares e replanejar as ações quando necessário;
- Executar o planejamento e cronograma elaborados e desdobrá-los em um plano de ação específico para as escolas;
- Garantir a formação da equipe de formação que atuará com equipes gestoras das escolas da rede e professores;
- Coordenar a logística necessária para realização dos encontros presenciais (transporte, organização do local, comunicação, etc.);
- Monitorar e avaliar a qualidade e eficácia das ações formativas e observar as necessidades dos professores e equipes gestoras para apoiar na definição das próximas ações;
- Comunicar e alinhar as ações de formação com as escolas da rede.

EQUIPE DE FORMAÇÃO:

PERFIL

- Ter experiência com formação continuada de professores e na atividade docente;
- Ter capacidade de liderança e trabalho em equipe;
- Ter capacidade de formar os professores para o desenvolvimento das competências e habilidades do currículo;
- Ter expertise em alfabetização;
- Preferencialmente, ter participado/acompanhado a elaboração do referencial curricular de Rondônia.

RESPONSABILIDADES

- Elaborar pautas formativas e oferecer a formação para as equipes escolares;
- Planejar e conduzir a formação de professores e equipes gestoras das escolas da rede;
- Formar-se e atualizar-se continuamente sobre o novo referencial curricular e sobre metodologias efetivas de formação continuada;
- Junto com a equipe de gestão, monitorar e avaliar a execução das formações das equipes regionais e replanejar as ações quando necessário.

CONTINUIDADE: o processo de aprendizado não é linear e depende de reflexão, mudança e aprimoramento contínuo da prática. Nesse sentido, as formações não devem ser apenas atividades pontuais.

FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO (NO DIA A DIA DA ESCOLA): as formações devem acontecer não apenas em momentos formativos da secretaria, mas também nas reuniões pedagógicas e em momentos de acompanhamento entre equipe gestora e professores.

COERÊNCIA: as formações devem contemplar o contexto em que cada professor está inserido. Para isso, devem considerar os Projetos Pedagógicos, os materiais didáticos utilizados pelas escolas, entre outras políticas das redes.

USO DE EVIDÊNCIAS: a formação continuada deve ser constantemente revisada e aprimorada a partir de evidências sobre o desenvolvimento dos educadores, como os resultados educacionais dos estudantes e as devolutivas das escolas e dos professores sobre a eficácia das ações formativas.

FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES: a BNCC representa uma importante mudança na prática de ensino, portanto, a formação deve focar não apenas no conteúdo a ser ensinado, mas também preparar os professores para o desenvolvimento das competências e habilidades, apoiando-os desde o processo de planejamento de aulas até o de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes nessa nova perspectiva. Afinal, para que os professores possam desenvolver nos estudantes as competências definidas na BNCC, em especial as dez competências gerais, é essencial que tenham a oportunidade de vivenciar uma formação que apoie o seu desenvolvimento nesses aspectos.

APLICABILIDADE: a formação deve ser significativa para os professores, colocando-os como protagonistas do seu processo de desenvolvimento e contemplando elementos do seu dia a dia de trabalho. Para isso, é possível propor a construção conjunta de planos de aula alinhados ao currículo; a análise da produção dos estudantes como ponto de partida para discussão sobre o processo de ensino e aprendizagem; a observação de sala de aula com devolutivas formativas para o professor; entre outras estratégias. Em suma, a formação deve ser menos baseada na exposição de conhecimento, e mais na construção conjunta, discussão, mudança da prática e na reflexão.

TRABALHO COLABORATIVO: a colaboração entre professores contribui para a troca de boas práticas e discussões aprofundadas sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Essa colaboração se torna ainda mais importante no contexto de implementação dos novos currículos, que representam uma mudança para todos os educadores. Essa premissa deve pautar a dinâmica dos encontros de formação, favorecendo que se aprenda por meio do diálogo e da cooperação.

FOCO EM COMO DESENVOLVER OS CONHECIMENTOS: a formação continuada deve trabalhar três aspectos: i) o conhecimento pedagógico geral (ex: como montar um plano de aula com objetivos claros de aprendizagem); ii) o conhecimento do conteúdo em si, em especial quando forem temas que os professores não costumavam trabalhar em determinado ano e/ou componente; e iii) o conhecimento pedagógico do conteúdo, ou seja, como os estudantes desenvolvem determinada habilidade e como apoiar esse desenvolvimento através do ensino.

USO DE DADOS: o uso dos resultados educacionais deve fazer parte da metodologia de formação, para que seja contextualizada e direcionada para as necessidades reais dos professores e dos estudantes. A formação continuada deve apoiar os professores na análise dos resultados educacionais das turmas e no (re)planejamento de aulas à luz do progresso dos estudantes.

REGIME DE COLABORAÇÃO: o trabalho colaborativo entre Estados e municípios pode ampliar os recursos disponíveis para a formação (humanos, físicos e financeiros), a qualidade e a coerência das formações, o alcance e a frequência das iniciativas e a troca de boas práticas. É importante que a Coordenação Estadual de Currículos mobilize as redes para trabalhar conjuntamente no planejamento e implementação das ações de formação continuada para os novos currículos.

1.2. Revisão dos Projetos Pedagógicos das escolas

O Projeto Pedagógico (PP) é um documento único de cada unidade escolar, que projeta e orienta as ações que acontecem durante o ano letivo. No contexto da homologação da BNCC e da (re)elaboração do currículo da rede, esse documento necessita ser revisto pelas escolas de forma a assegurar os direitos e objetivos de aprendizagem de todas as crianças e jovens da Educação Básica.

Para garantir que as mudanças realizadas no PP estejam alinhadas com todos os atores envolvidos e sejam efetivadas na prática, é importante que ele seja revisto em um processo de parceria entre equipe gestora da escola, professores e demais integrantes da comunidade escolar, com apoio da Secretaria de Educação.

O gestor escolar representa a liderança na escola que conduzirá esse processo. Nessa etapa, é preciso apoiá-lo e para isso, selecionamos algumas ações presentes no Guia de Implementação da BNCC que podem subsidiar esse processo.

Como orientar gestores escolares para o processo de revisão?

É necessário apoiar ativamente os gestores escolares para que se preparem para o processo de revisão do PP. A seguir, estão exemplos de ações que podem ser realizadas pelas Secretarias de Educação, preferencialmente em regime de colaboração entre estado e municípios, para esse apoio:

- Formar as equipes gestoras das escolas da rede de acordo com suas principais funções no processo de implementação dos novos currículos, principalmente: i) a revisão dos projetos pedagógicos; e ii) a formação continuada na escola de acordo com as premissas de qualidade.
- Identificar na rede os documentos de referência que podem apoiar a escola no processo de revisão do PP, como o novo currículo, o regimento geral da rede, os objetivos e metas de aprendizagem a partir dos indicadores educacionais.

- Disponibilizar sistematicamente orientações e materiais (artigos, vídeos) que apoiem os gestores no processo de estudo e reflexão sobre os marcos conceituais e a estrutura do novo currículo.
- Compartilhar ou construir com os gestores escolares formatos possíveis de PP (trazer exemplos) e os aspectos comuns que precisam ser considerados em todas as escolas da rede.
- Mobilizar e mediar discussões pontuais que viabilizem a comunicação e o engajamento da comunidade escolar.
- Estabelecer e divulgar os prazos para a entrega da versão final dos PPPs à Secretaria.

O Ministério da Educação (MEC) organizou um material com diversas orientações para a revisão do PP. Nesse material você encontrará quais são as principais etapas para o planejamento e execução da revisão dos projetos políticos-pedagógicos.

Clique [aqui](#) para acessar as **“Orientações para revisão dos projetos pedagógicos (pps), à luz dos novos currículos”**.

Para aprofundar-se sobre as concepções sobre o Projeto Pedagógico, a sua relevância no contexto da comunidade escolar, bem como cada uma das etapas previstas no processo de revisão ou elaboração dos PPs, a Comunidade Educativa - CEDAC, elaborou uma publicação intitulada **“Projeto político-pedagógico: orientações para o gestor escolar”**.

Se você é gestor escolar e quer realizar a revisão do PP de sua escola, o MEC também disponibiliza uma pauta formativa para nortear cada etapa prevista neste processo.

Clique [aqui](#) para acessar a pauta formativa **“Dia de discussão do projeto pedagógico”**.

1.3. Priorização Curricular

A BNCC bem como o RCRO trazem um conjunto de habilidades para cada componente curricular. Em Língua Portuguesa, por exemplo, apresenta 67 habilidades para o 2º ano do Ensino Fundamental. Porém algumas habilidades são prioritárias, ou seja, são necessárias e inegociáveis para o desenvolvimento de outras. São elas que garantem aos estudantes condições de seguir com êxito pela trajetória escolar. Isto é, não se pode encerrar o ano letivo sem que essas aprendizagens tenham sido desenvolvidas.

A priorização curricular é uma decisão pedagógica que permite adaptar o Referencial Curricular da rede nas situações em que há a redução do tempo regular (Instituto Reúna, 2020). O início da implementação da BNCC, por exemplo, levou professores e gestores a focarem na redução de defasagens de aprendizagem identificadas após a análise aprofundada do documento e da avaliação diagnóstica que foi realizada em parceria com o TCE-RO. Um estudo realizado em 2021 pela consultoria Vozes de Educação demonstrou que essa foi uma das estratégias adotadas por diversos países para a recomposição das aprendizagens após a retomada das aulas presenciais².

De acordo com o material Mapas de Foco³, elaborado pelo Instituto Reúna, a priorização curricular serve também como estratégia de gestão, uma vez que contribui para garantir o desenvolvimento das habilidades que são indispensáveis em cada ano/série e etapa de ensino - incluindo o ciclo de alfabetização, a permanência dos estudantes no sistema escolar, o alcance de metas educativas e a estruturação de processos de progressão das aprendizagens de maneira factível.

Gestores e professores se concentram nas aprendizagens estruturantes dos currículos, o que torna a sala de aula mais focada. A rede por sua vez pode ofertar aos educadores

² Recomposição das aprendizagens em contextos de crise. Disponível em:

https://www.institutonatura.org/wp-content/uploads/2021/08/Levantamento_Internacional_Estrate%CC%81gia_s_de_Recomposic%CC%A7a%CC%83o_das_Aprendizagens_VF_1.pdf. Acesso em 06/07/2022.

³ Mapas de Foco da BNCC. Disponível em:

https://www.institutoreuna.org.br/uploads/files/file/MapaDeFocoBncc_LP_28102020.pdf. Acesso em 06/07/2022

uma formação pontual e direcionada e selecionar ou elaborar materiais pedagógicos alinhados a essas mesmas habilidades. Em suma, a priorização curricular consiste em: decidir quais habilidades são mais estruturantes para a construção do conhecimento e quais pedem investimento maior de recursos e tempo, por terem centralidade na formação acadêmica dos estudantes.

Como realizar a priorização curricular em minha rede?

Para auxiliar na priorização das habilidades, as redes podem contar com os [Mapas de Foco da BNCC](#) elaborados pelo Instituto Reúna em parceria com o Itaú Social. Eles estão disponíveis em formato PDF e planilha de Excel, facilitando ainda mais a análise de seu conteúdo. No material você encontra a coluna “Conhecimentos prévios” – de anos anteriores ou do mesmo ano – que permite visualizar, para cada habilidade focal, as que são pré-requisitos para o seu desenvolvimento, incluindo as habilidades focais do ciclo de alfabetização. E, caso não sejam priorizadas, podem deixar lacunas que dificultam a construção do conhecimento pelo estudante, aumentando a defasagem de aprendizagem (Instituto Reúna, 2020).

Clique [AQUI](#) para acessar os *Mapas de Foco* de todos os componentes curriculares.

Os Mapas de Foco classificam as habilidades da BNCC em **três categorias**:

APRENDIZAGENS FOCAIS (AF): são as habilidades prioritárias, inegociáveis e essenciais para o aluno seguir sua trajetória com êxito. Outras habilidades do componente curricular e até mesmo de outros componentes dependem delas para a gradação evolutiva da aprendizagem.

Por exemplo: EF05LP13 Assistir, em vídeo digital, a postagem de vlog infantil de críticas de brinquedos e livros de literatura infantil e, a partir dele, planejar e produzir resenhas digitais em áudio ou vídeo.

APRENDIZAGENS COMPLEMENTARES (AC): são as que complementam as Aprendizagens Focais ou podem ser desenvolvidas juntas e servem para adquirir as competências gerais e específicas.

Por exemplo: EF05LP14 Identificar e reproduzir, em textos de resenha crítica de brinquedos ou livros de literatura infantil, a formatação própria desses textos (apresentação e avaliação do produto).

EXPECTATIVA DE FLUÊNCIA (EF): são habilidades que os estudantes precisam mobilizar de forma automática, pois sempre vão recorrer a elas para desenvolver outras habilidades.

Por exemplo: EF35LP26 Ler e compreender, com certa autonomia, narrativas ficcionais que apresentem cenários e personagens, observando os elementos da estrutura narrativa: enredo, tempo, espaço, personagens, narrador e a construção do discurso indireto e discurso direto.

IMPORTANTE!

A Priorização curricular NÃO É FAZER OUTRO REFERENCIAL CURRICULAR. A priorização curricular foi elaborada para um período específico de reorganização dos tempos pedagógicos e não para ser seguida fora dessa excepcionalidade. Para os demais períodos, o Referencial Curricular deve ser garantido a todos os estudantes.

A finalização do processo de flexibilização curricular é apenas uma das etapas a percorrer no circuito integrado das frentes pedagógicas fundamentais para garantir a equidade da aprendizagem de todos os estudantes. O Referencial Curricular com as habilidades priorizadas serve de base para o melhor aproveitamento do tempo de aula, o que inclui ainda a elaboração ou seleção de materiais didáticos e atividades; para a aplicação e uso pedagógico dos resultados das avaliações diagnósticas e formativas e para planejar a formação continuada de gestores e professores (Instituto Reúna, 2020).

Vale reforçar que a flexibilização é um processo temporário, ou seja, as redes devem prosseguir para garantir que os estudantes tenham acesso a todo o Referencial Curricular, e, dessa forma, desenvolver as habilidades previstas no documento para a consolidação da aprendizagem.

1.4. Currículo e Alfabetização na Idade Certa

É sabido que a Política Nacional de Alfabetização ([PNA](#)) apresentada pela Secretaria de Alfabetização, do MEC, em 2019, traz como pressuposto básico que a alfabetização é fundamental para o processo escolar e o pleno exercício da cidadania. Enfatiza que:

“Sem saber ler com compreensão, escrever corretamente e sem dominar conceitos básicos de matemática, a criança não conseguirá percorrer com êxito sua trajetória escolar nem terá igualdade de condições e de oportunidades para alcançar seu desenvolvimento pessoal e para contribuir com a sociedade”

Dessa forma, elege os conhecimentos científicos como fundamento e prioridade de sua política pública de alfabetização, que com um conjunto de evidências sobre como se aprende a ler e escrever insere o Brasil no rol de países com as melhores práticas de alfabetização, e com os mais eficazes resultados de aprendizagem das habilidades de leitura e escrita. (para saber mais <https://alfabetizacao.mec.gov.br/>)

Uma política pública para a alfabetização requer⁴:

- Diagnóstico inicial da realidade e do nível de alfabetização elaborado com base em evidências;
- Identificação de soluções e práticas já existentes que evidenciam potencial para superar o problema;

⁴ Baseado em

<https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/alfabetizacao360/guia/instituto-ayrton-senna-guia-educacao-integral-na-alfabetizacao-2019.pdf>

- Planejamento de ações com clareza de foco, resultados e cronograma;
- Identificação dos recursos (financeiros, materiais e humanos) necessários, em termos de qualidade e quantidade, com atenção para a competência técnica do capital humano;
- Identificação dos indicadores e metas de processo e de resultados;
- Utilização de instrumentos e práticas para monitoramento;
- Avaliação.

Uma política pública para alfabetização, apresentada dessa forma, precisa estar atenta às implicações didático-pedagógicas, decisões metodológicas e princípios que gerará na Rede de Ensino . Esses desdobramentos precisam ser compreendidos no currículo como experiências presentes no conhecimento, no contexto das interações sociais e que contribuem para a construção da identidade dos estudantes e profissionais da educação.

O currículo, nesse caso, associa-se a um conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas e compromisso político, promovendo a construção de sentidos e significados no processo de ensino/aprendizagem. Não há neutralidade em nenhum documento curricular e, portanto, não há listagem de saberes e prescrições vazias, mas sim um norte para a execução de um Projeto Pedagógico sempre em movimento tanto na formação de pessoas como nos processos pedagógicos.

A BNCC e a PNA não são documentos curriculares, entretanto, compreendem instâncias norteadoras que indicam tendências metodológicas acerca do processo de ensino-aprendizagem e, portanto as Redes, ao aderirem aos programas e projetos pautados em tal política terão que incluir em seus documentos curriculares as orientações teórico/metodológicas articuladas aos postulados ali presentes, o que demandará reformulações e alterações tanto na dinâmica da sala de aula, como nos materiais produzidos e no documento curricular local.

Reflexão:

Quais são as concepções de alfabetização presentes na BNCC e na PNA e quais são os possíveis desdobramentos didático-pedagógicos?

Esses desdobramentos solicitados na reflexão acima, precisa considerar que a PNA, fundamentada na ciência cognitiva, considera a alfabetização como o ensino de habilidades de leitura e escrita num sistema alfabético (http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf) e introduz os conceitos de literacia e numeracia para definir essas habilidades e conhecimentos relacionados a Língua e a Matemática.

Veja como esses conceitos se apresentam na PNA, Caderno PNA – p.21:

“Literacia é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, bem como sua prática produtiva. Pode compreender vários níveis: desde o mais básico, como o da literacia emergente, até o mais avançado, em que a pessoa que já é capaz de ler e escrever faz uso produtivo, eficiente e frequente dessas capacidades, empregando-as na aquisição, na transmissão e, por vezes, na produção do conhecimento (MORAIS, 2014).”

E, no mesmo Caderno PNA – p.24:

“Literacia, por sua vez, é um termo que também designa os meios de obter e processar informações escritas. A literacia numérica diz respeito às habilidades de matemática que permitem resolver problemas da vida cotidiana e lidar com informações matemáticas. O termo “literacia matemática” originou-se do inglês numerical literacy, popularizado como numeracy, e em português se convencionou chamar numeracia (UNESCO, 2006).”

A dimensão das práticas sociais é tratada por literacia na PNA, mas nas diferentes diretrizes curriculares, dos municípios e estados brasileiros, prevalecem os conceitos de alfabetização e letramento indicados na BNCC.



O RCRO consolida a BNCC foi (re) elaborado em Regime de Colaboração e de forma coletiva entre a Secretaria de Estado da Educação/Seduc e União dos Dirigentes Municipais de Educação/Undime para atender todas as escolas públicas (estaduais, municipais) e privadas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, sem tirar a autonomia das mesmas e sem distinção entre as redes. Este instrumento de trabalho que também foi pactuado pelas prefeituras dos 52 (cinquenta e dois) municípios rondonienses. Pauta-se em uma organização pedagógica que apresenta um amplo conjunto de saberes e conhecimentos fundamentais que os estudantes necessitam aprender em sua formação escolar, ano a ano e por etapas e, sobretudo, vem demonstrar a responsabilidade que o Governo do Estado tem com os estudantes da Educação Básica.



Frisamos que a interface pedagógica do currículo não pode ser evidenciada como um rol de conteúdos que estão sendo disponibilizados para a ministração em sala de aula. A compreensão real do currículo deve ser enfatizada dentro de um contexto que todo o desenvolvimento gestor, pedagógico e professoral são decorrentes da execução plena dos norteamentos que constituem o seu escopo. Outro ponto salutar, o presente documento foi planejado e construído conforme as diretrizes formativas do novo perfil de estudante que deve ser formado em tempos contemporâneos, na qual deve promulgar saberes que atinjam aspectos intelectuais, físicos e socioemocionais.

https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/ENV_Referencial_RCRO_OFICIAL-PAR-A-O-PRESIDENTE-VILSON.pdf

Na prática dos currículos que se ajustaram à BNCC, alguns pontos são comuns e podem servir de regra para as Redes, na formulação de suas Diretrizes Curriculares:

1. O fortalecimento do regime de colaboração entre Estados e Municípios como ponto fundamental para garantir o ingresso e a permanência bem sucedida na Educação Básica, bem como garantir o compromisso de assegurar a equidade na educação;
2. O fortalecimento da escola como espaço para exercício do autoconhecimento, da construção identitária, da criatividade e criticidade na construção do conhecimento e para práticas participativas, colaborativas e corresponsáveis com seu território e o próprio planeta;
3. O fortalecimento nas instituições educativas para o desenvolvimento da empatia, colaboração e responsabilidade vivenciadas nas interações e mobilizadas juntamente com os processos cognitivos.

Afirma Mahoney (2000): O motor, o afetivo, o cognitivo, a pessoa, embora cada um desses aspectos tenha identidade estrutural e funcional diferenciada, estão tão integrados que cada um é parte constitutiva dos outros. Sua separação se faz necessária apenas para a descrição do processo. Uma das consequências dessa interpretação é de que qualquer atividade humana sempre interfere em todos eles. Qualquer atividade motora tem ressonâncias afetivas e cognitivas; toda disposição afetiva tem ressonâncias motoras e cognitivas; toda operação mental tem ressonâncias afetivas e motoras. E todas essas ressonâncias têm um impacto no quarto conjunto: a pessoa. (MAHONEY, 2000, p.15)

2. Material Didático específicos para o ciclo de alfabetização: Seleção, adoção e elaboração

No cotidiano escolar, a utilização de materiais didáticos é essencial para desenvolver as aprendizagens junto aos estudantes, uma vez que dão suporte aos professores em suas ações pedagógicas em sala de aula e na implementação de atividades expressas no Referencial Curricular. Quando analisamos os materiais disponibilizados e utilizados por diversas redes de ensino, nota-se que além dos tradicionais livros didáticos e paradidáticos, existem muitos recursos digitais, alguns até com possibilidades de personalização, que atendem ao contexto educativo das escolas.

Neste capítulo, apresentaremos uma seleção de alguns materiais, como sugestões, de como as redes e escolas podem selecionar materiais e atividades didáticas que auxiliem no desenvolvimento das habilidades prioritárias e das que são pré-requisitos para elas, priorizadas no Referencial Curricular da rede, bem como disponibilizamos um conjunto de cadernos de atividades direcionadas aos estudantes e professores com ênfase no processo de alfabetização.

Quais são as etapas para selecionar e/ou elaborar materiais didáticos na minha rede?

É importante ressaltar que a seleção e/ou elaboração dos materiais deve estar alinhada ao processo de avaliação da aprendizagem dos estudantes e integrada às estratégias de acompanhamento pedagógico desenvolvidas pela rede junto às escolas (Instituto Reúna, 2021). A seleção e/ou elaboração dos materiais é uma etapa que requer um amplo estudo dos resultados das avaliações, uma vez que é necessário compreender **quais são as defasagens apresentadas pelos estudantes para que assim possam ser selecionados e/ou elaborados materiais adequados para cada nível de proficiência.**

Nesse processo, deve-se promover a participação efetiva de gestores e professores, bem como o alinhamento com o currículo e o uso dos resultados das avaliações diagnósticas e formativas. Com o desenvolvimento das atividades ao longo do ano letivo, o resultado das avaliações realizadas pelas redes indicará as defasagens, e elas irão motivar um novo processo de curadoria/seleção de materiais e atividades que reforcem e apoiem as intervenções pedagógicas. Todo esse cuidado é fundamental para obter, por meio do planejamento das aulas, os impactos desejados na aprendizagem dos estudantes. Essa aprendizagem dos alunos não pode dispensar materiais didáticos de qualidade, alinhados ao novo currículo e bem usados, que apoiem os professores no conhecimento e desenvolvimento dos objetivos curriculares em sala de aula, com escopo, sequência e metodologia adequados e coerentes com as demais políticas educacionais da rede.

Nesse processo, algumas reflexões são muito pertinentes:

Como garantir os pressupostos curriculares da BNCC nos materiais selecionados?

De que forma analisar os materiais usados na rede?

Como produzir e elaborar materiais a serem usados?

Para saber mais sobre as etapas necessárias para organizar o trabalho de seleção de materiais didáticos, acesse o material dos Mapas de Foco nas Redes clicando [AQUI](#).

Esse material tem o propósito de apoiar as equipes técnicas das Secretarias de Educação e os gestores escolares no planejamento servindo como um norte para os temas de Currículo, Avaliação, Formação e Material Didático.

Elaborado pelo Instituto Reúna em parceria com o Itaú Social, os *Mapas de Foco nas Redes: Guia para 2021 e 2022* tem o propósito de apoiar as equipes técnicas das

Secretarias de Educação e os gestores escolares no planejamento servindo como um norte para os temas de Currículo, Avaliação, Formação e Material Didático.

Dentre as ferramentas citadas nos Mapas de Foco que podem ser utilizadas para o processo de seleção dos materiais didáticos está o Instrumento de Sequenciamento de Atividades Seleccionadas (ISAS). Ele caracteriza a organização de uma sequência de aulas que podem ser desenvolvidas por professores e estudantes de determinado ano escolar, assegurando a coerência entre as aprendizagens previstas no ensino e as atividades propostas nos materiais didáticos selecionados (Instituto Reúna, 2021). O benefício do uso do instrumento é que ele sintetiza em um único material o percurso que o professor deverá seguir.

De modo geral, é possível pensar em alguns exemplos de materiais utilizados e propostas pedagógicas: Livros didáticos; Livros literários; Livros informativos; Materiais artísticos; Jogos físicos e digitais; Brinquedos tradicionais que assegurem a representatividade de diferentes culturas (afro-brasileiras, africanas, indígenas e imigrantes), como: bola, pião, peteca, pé de lata, bonecos e bonecas, entre outros; Materiais de largo alcance de cores, formas, espessuras, pesos e tamanhos variados; Elementos da natureza, como pedras, conchas, folhas, terras, entre outros, bem como materiais transparentes, de metal, tecidos, materiais locais etc⁵.

Algumas sugestões de materiais didáticos para as turmas de alfabetização

Após a realização da Avaliação Diagnóstica - Norteia, foi observado que cerca de 23,4% dos estudantes avaliados de segundos e terceiros anos não estão alfabetizados - o que corresponde a um total de aproximadamente 4.3 mil estudantes. A partir desse

⁵ Guia de implementação dos currículos alinhados à BNCC para educação infantil e ensino fundamental. Disponível em:

<https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/02/guia-de-implementacao-final.pdf>.

Acesso em 06/07/2022.

diagnóstico, as especialistas em alfabetização, que atuam no Programa de Alfabetização na Idade Certa nas redes municipais de Rondônia junto a equipe da Secretaria de Planejamento do Tribunal de Contas de Rondônia, analisaram a necessidade da elaboração de materiais didáticos específicos para a recomposição recuperação das aprendizagens desse grupo de estudantes não alfabetizados, uma vez que os materiais disponibilizados pelas redes são insuficientes para recompor as aprendizagens específicas de alfabetização identificadas nos resultados das avaliações.

Esse conjunto de materiais servirá para auxiliar os professores no planejamento de aula e para realizar as atividades necessárias ao desenvolvimento das habilidades dos estudantes de acordo com o seu nível de proficiência. Além disso, os materiais vão auxiliar não apenas as oito redes municipais contempladas no projeto da política de alfabetização na idade certa, gerido pelo TCE, mas, todas as redes públicas que optarem por fazer uso, incluindo redes de outras unidades da federação. Abaixo, a relação de materiais que serão ofertados pelo TCE:

Material/Recurso didático	Público	Descritivo
Caderno de Atividades do Aluno	Estudantes	<p>Destinado ao contingente de estudantes identificado como “Abaixo do básico” e “Insuficiente” nas avaliações realizadas. Perfil: estudante que não desenvolveu habilidades elementares de leitura (não sabe a direção da escrita, misturam letras, números e desenhos, não conhece letras – conhece poucas letras -, não identifica o nome próprio, não sabe escrever o nome próprio, não relaciona escrita e fala).</p> <p>Duração: 10 semanas de aula (duas aulas por dia, 04 dias por semana).</p>
Caderno de Atividades do Aluno - Para Casa	Estudantes	<p>Caderno complementar para que os estudantes pratiquem o que foi realizado em sala de aula.</p> <p>O estudante será estimulado a fazer tais tarefas sem ajuda, para ganhar autonomia em</p>

		relação ao estudo.
Caderno de Leitura em Voz alta	Professores	Oferece a professores um conjunto de narrativas (contos europeus, contos de tradição popular, lendas, fábulas), poemas e cantigas, para garantir diariamente a leitura em voz alta por parte do professor, visando a compreensão do texto literário (e do mundo simbólico em geral) e o acesso ao chamado “patrimônio cultural da infância”, como determinam BNCC e RCRO.
Caderno de Orientações Didáticas do Professor	Professores	Destinado a subsidiar o professor no planejamento específico de cada turma. Como as turmas não são exatamente iguais, o caderno do professor oferecerá um conjunto de atividades para alunos em fases mais avançadas, para que o professor possa – se assim considerar – trabalhar com o mesmo material para estudantes na fase inicial da escrita e para outros, em fase mais avançada.

Para acessar os materiais disponibilizados pelo TCE-RO clique [AQUI](#)

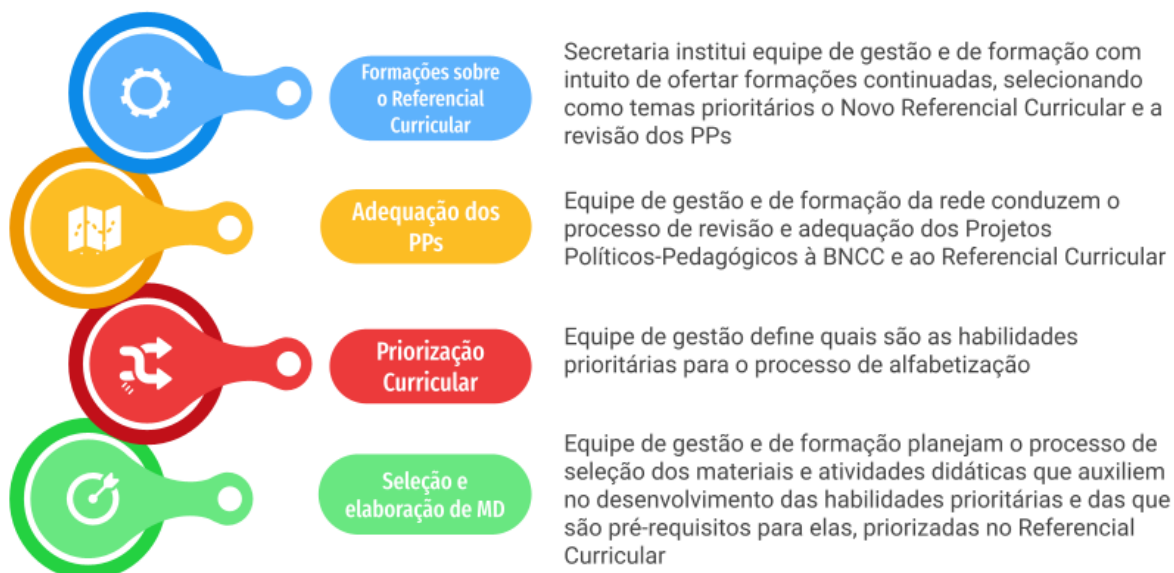
IMPORTANTE!

Para além do processo de seleção e elaboração dos materiais didáticos, é essencial que a equipe de gestão e de formação da rede promovam formações continuadas com ênfase na utilização dos respectivos materiais, ancorados no Referencial Curricular priorizado e nos resultados das avaliações diagnósticas e formativa.

Por fim, recomendamos que as redes de ensino iniciem a utilização dos Cadernos logo no início do ano letivo, para que assim possam reduzir as defasagens educacionais diagnosticadas com celeridade e equidade.

Etapas para efetivar a implementação do Referencial Curricular e para a seleção e elaboração de materiais didáticos

Em síntese



Considerações Finais

O processo de alfabetização é essencial para a vida dos estudantes, afinal aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social (Brasil, 2018).

Neste capítulo trouxemos reflexões sobre o processo de implementação do Referencial Curricular, onde indicamos possíveis ações que podem ser realizadas para efetivar a implementação do novo currículo. Nota-se que parte do processo de implementação do currículo perpassa por etapas de formação continuada, ação que também é retratada em outro capítulo deste Guia. Isso demonstra a relevância das ações formativas dentro do contexto escolar.

Trouxemos ainda reflexões acerca da priorização curricular e como implementá-la dentro da rede. A priorização curricular é uma das formas de garantir as aprendizagens essenciais para todos os estudantes, bem como para auxiliar na organização do planejamento dos docentes e na assertividade dos trabalhos das equipes de formação das redes.

Por fim, apresentamos algumas reflexões sobre o processo de seleção e elaboração dos materiais didáticos e indicamos um conjunto de materiais direcionados aos estudantes do ciclo de alfabetização que foram elaborados por especialistas em parceria com o TCE-RO. Nota-se que todos esses processos estão conectados, uma vez que o Referencial Curricular norteia as ações pedagógicas das redes de ensino. Diante disso, é necessário adotar um conjunto de estratégias, incluindo a seleção e elaboração de materiais alinhados à BNCC e ao Referencial Curricular e que promovam coesão sistêmica.





TCE
EDUCAÇÃO
RONDÔNIA

 Currículo e
Material Didático



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE RONDÔNIA

» Guia CSA